

O Executivo Municipal deliberou, por
unanimidade e em minuta
aprovar.

Assinado por: Luis Antunes
Data: 15/09/25

Ata n.º 17/2025

Reunião de Câmara realizada em 1 de setembro de 2025

Não participou no voto o Sr. Vereador Alcindo José Gonçalves Quaresma.

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu ordinária e publicamente o Executivo Camarário, com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, da Senhora Vice-Presidente, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira e dos Senhores Vereadores João António Martins dos Santos, Ricardo Emanuel Soares Fernandes, Victor Eugénio das Neves Carvalho e Ana Paula Dias Neves Sançana. Não esteve presente o Senhor Vereador Alcindo José Gonçalves Quaresma, tendo a sua ausência sido justificada por motivo de férias. -----

Pelas dez horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos. -

1 - Período antes da Ordem do Dia -----

O Senhor Presidente começou por dar conhecimento ao executivo da comunicação endereçada pelo Senhor Vereador Alcindo José Gonçalves Quaresma, justificando a sua ausência. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 1 (um)). -----

Seguidamente, colocou à consideração a apreciação e votação de um Voto de Pesar pelo falecimento, a 27 de agosto, de João Américo Ferreira, que a Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 2 (dois)). -----

A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana interveio dizendo “Começaria a minha intervenção com uma frase de José Saramago: “Quem diz castelo, pensa altura, domínio de quem está de cima, mas aqui tem de pensar noutras coisas. Pensará, sem dúvida, que o Castelo da Lousã é, paisagisticamente, das mais belas coisas que em Portugal se encontram.” E que está escrita na parte de baixo do Castelo da Lousã, uma referência muito bonita porque é parte do nosso património. Eu começo com esta frase porque o Castelo não é apenas uma construção, mas sim uma referência cultural, paisagística e nacional para quem cá vive e para quem nos visita, além de ser um lugar que nos representa, aliás, faz parte da imagem do Município. Por isso

mesmo não posso deixar de manifestar a minha preocupação por constatar que o Castelo se encontrava encerrado no mês de Agosto, mês em que a Lousã recebe tantos visitantes e emigrantes. Espero que esta situação seja pontual, mas temo que não, por isso gostaria de questionar qual o horário do Castelo. Fica a sensação de que não estamos a aproveitar este potencial património. Acho que é importante encetar esforços para garantir que quem nos visita possa levar uma imagem, e tenha uma experiência memorável neste nosso emblema. Também tenho outra preocupação que tem a ver com a encosta do lado da piscina, em que foram feitos trabalhos pontuais, nomeadamente corte de invasoras, mas apenas isso, quem vê da piscina, vê que a encosta está com aspeto desleixado. Acho que todos partilhamos do mesmo objetivo por isso gostaria de deixar este reparo e preocupação relativamente a esta atração turística.”-----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio dizendo “Duas ou três questões que gostaria de colocar: Já estão a decorrer junto de algumas entidades o levantamento de dados dos danos causados pelo incêndio e reuniões nesse sentido onde também são dadas informações de procedimentos a adotar, pelo que gostaria de perceber como é que a CCDR tem o processo organizado, se já tem os formulários prontos e disponibilizados para o preenchimento; questionar dado que estamos a 10/12 dias do arranque do ano letivo como está a decorrer o processo, nomeadamente a colocação de professores e de assistentes operacionais, o número de turmas e o número de turmas mistas – que sempre foi uma preocupação nossa, tentar evitar ao máximo. Falando em incêndios deixo uma sugestão quanto ao uso de máquinas de movimentação de terras, “buldozer” – estamos a recorrer ao aluguer de máquinas e até à máquina da Dueceira, perguntava eu se não está na altura, porque vamos ter tantas estradas para arranjar, ponderar se não devemos fazer um investimento na aquisição ainda neste mandato. Por último gostaria de questionar o Sr. Presidente de Câmara enquanto membro do Conselho Geral da Metro Mondego, se tem informações, porque ao contrário do que se diz nas redes sociais, que fomos ultrapassados por Coimbra, eu não vejo isto dessa forma, vejo isto como o arranque do funcionamento do sistema de mobilidade, sendo que começou por Coimbra, é verdade que sempre nos prometeram que seria por Serpins, mas ao que sei e ao



que me dizem falta certificação deste trajeto, queria, portanto, que nos pudesse esclarecer.” -----

O Senhor Vereador João Santos interveio dizendo “Gostaria de dar algumas informações: Começava por destacar o final da época balnear que terminou ontem no Concelho e que decorreu dentro da normalidade prevista, em que conseguimos dar resposta através do protocolo com a Associação Louzan Natação. Simultaneamente hoje abre ao funcionamento a Piscina Municipal coberta, um dos equipamentos mais importantes em termos desportivos do concelho, que no ano passado, fora as atividades pontuais, registou 1348 pessoas inscritas sendo que ao dia de hoje já estão mais de 600 utentes inscritos. Gostaria de dar os parabéns ao jovem Lousanense Pedro Miguel Almeida que foi eleito presidente da Erasmus Student Network, que já colaborou connosco no Conselho Municipal de Juventude e em outras medidas e manifestar a disponibilidade da Câmara Municipal para apoiar e colaborar. Dar também nota de diversos trabalhos que fomos realizando e estamos a realizar, em que gostaria de destacar uma primeira empreitada de pavimentações que já abrangeu várias ruas e locais do Concelho e entramos agora numa nova fase de pavimentações e que terá abrangência em praticamente todas as freguesias. Como é óbvio estas intervenções não estão concluídas, falta ainda sinalização horizontal que será realizada assim que possível.” -----

O Senhor Vereador Ricardo Fernandes usou da palavra para transmitir algumas informações, algumas delas coincidentes com questões que já foram levantadas. “Quanto à justificação para o Castelo estar parcialmente encerrado durante o mês de agosto, estivemos em situação de alerta que obrigou ao encerramento de alguns espaços e acessos e o Castelo foi um dos locais que foi identificado para estar encerrado devido à afluência de pessoas e em reunião no Conselho Municipal de Proteção Civil foi assim decidido. Dar nota também que em relação à questão dos prejuízos, temos uma equipa multidisciplinar que está a fazer o levantamento no terreno, e já tivemos reunião com a CCDR em relação aos prejuízos agrícolas e fomos informados de uma plataforma para esse fim, existindo um valor até 10 mil euros que serão candidaturas de mais simples processamento e justificações e acima desse valor teremos os serviços da Autarquia a apoiar essa candidatura mais específica. Está agendada para quarta-feira nova reunião com a CCDR para avaliar



procedimentos de outros tipos de prejuízos, nomeadamente infraestruturas municipais, habitações ou outro tipo de equipamentos. Só aí teremos mais informações. Em relação à questão da máquina “bulldózer”, é um equipamento importante, mas à semelhança de outros municípios que têm recorrido a equipamentos de entidade privadas ou públicas, também o fizemos e está previsto no Plano Municipal de emergência. A aquisição futura é uma necessidade grande, mas terá sempre a ver com a oportunidade porque são equipamentos que têm a tendência a ficar muito caros quando a necessidade é grande. Não poderia deixar de referir a necessidade imperiosa e a Câmara Municipal está muito empenhada juntamente com os afetados, nomeadamente Baldios e Casais, da estabilização de emergência e a nossa capacidade de resposta é curta do ponto de vista de meios próprios. Já iniciámos a faixa de proteção de 25 metros, já iniciámos a limpeza de linhas de água e iremos iniciar a intervenção em aquedutos e outras estruturas. Atendendo à dimensão das bacias que foram afetadas a dimensão do problema é muito grande. Salientar que na questão da estabilização de emergência, a Câmara Municipal solicitou a presença do ICNF, que tem a obrigatoriedade de elaborar um relatório, numa reunião amanhã com vários os proprietários, mas recebemos informação do ICNF que a reunião de que não poderia estar presente.”-----

A Senhora Vice-Presidente interveio dizendo “Dar notas relativamente ao início do ano letivo: Tudo está em andamento, com o início necessário. Neste momento está a decorrer uma Reunião do Conselho Pedagógico e só após isso é que haverá uma reunião connosco e com o Agrupamento para avaliar a colocação de professores, que ainda decorre até ao início das aulas. Neste momento no que diz respeito à Câmara, refeições, limpezas, logística do regresso dos ATLS e das AAFs e lanches, toda a logística está preparada, sendo agora feitas as afinações necessárias. Relativamente à questão das turmas mistas foi identificado que continuavam a ser necessárias 3 turmas mistas, duas na EB1 e uma na EB2. Foi reforçado junto da DGEST o pedido que já vem do ano passado relativamente à rede escolar, pedido do Agrupamento e nosso, solicitando que houvesse maior flexibilidade. Temos tido muita procura ao longo do ano e se as turmas estiverem no limite de alunos causa problema. Não é da competência da Câmara, mas causa problemas. Este pedido não foi atendido. No que diz respeito aos Assistentes Operacionais, a Câmara ultrapassa

o rácio previsto por Lei, mas há muito tempo que a Câmara reivindica junto da tutela que este rácio tem de ser revisto, nomeadamente no que diz respeito às crianças com necessidades especiais. A Lousã tem dado uma boa resposta, e esta boa resposta dá mais procura, o que gera mais necessidade. Não temos tido resposta positiva da tutela. Está identificada neste momento a necessidade de mais 20 auxiliares para resposta direta ou indireta. É uma situação que nos preocupa e iremos fazer chegar à tutela através da senhora Diretora Regional. Destes 20, 9 são em pré-escolar. Além disso temos uma bolsa de substituições para encontrar respostas para necessidades várias. Uma das respostas tem passado pelo reforço do apoio à ARCIL, algo que está na nossa ordem de trabalhos.” -----

O Senhor Presidente usou da palavra para dizer, citando, que “em primeiro lugar quero expressar os meus parabéns ao Clube Desportivo Lousanense pelo 80º aniversário, por aquilo que significa em termos de história de trabalho desenvolvido ao longo de 80 anos de prática desportiva, mas também de contributo para aquela que é a identidade do concelho. Depois queria dar nota ao executivo que a obra que está a ser realizada na construção do novo edifício do centro de saúde continua a desenvolver-se de forma adequada, tal como a obra de reabilitação da escola secundária e também os processos de habitação, nomeadamente a habitação a custos acessíveis e que terão visibilidade em termos de execução física durante este mês as 3 operações que estão já consignadas: na Dom Manuel I, a que diz respeito ao aproveitamento das antigas oficinas municipais, a operação da Fonte dos Mouros e também a operação na rua Dr. Pedro Lemos, as 3 operações terão no conjunto 75 frações e, portanto, é uma operação com significado. -----

Também dar nota de que são retomados hoje os trabalhos de intervenção na estrada de acesso ao Castelo e Senhora da Piedade, sendo até dia 21 de setembro os trabalhos desenvolvidos conciliando a realização dos trabalhos com a circulação automóvel condicionada. A partir de 22 de setembro será interdita a passagem para a realização de todos os outros trabalhos que ainda é necessário realizar. Conforme também já foi referido quanto ao pacote de intervenções em termos de requalificação da rede viária esta está realizada, mas falta uma outra parte por outra empresa que será ainda concretizada. No que diz respeito ao ano letivo, para além daquilo que já foi dito permitam-me reforçar a absoluta necessidade do Estado Central através do



atual governo alterar aquela que é a visão e a prática relativamente ao ratio no que diz respeito aos alunos com necessidades educativas especiais, pois por muito boa vontade e afetação de meios que a Câmara Municipal tenha - e temos tido como hoje está aqui presente e há outros trabalhos como a contratação de transportes para crianças e jovens com necessidades educativas, o apoio direto e a colocação de mais pessoas bem como a adaptação de instalações escolares - não é possível só no plano local responder a estas questões como temos vindo a alertar e a fazer ver, fundamentadamente, esta nossa necessidade de enquadramento adequado a estas crianças e jovens e de facto é imperioso que o Estado português altere a sua prática. Também dar nota que está-se a iniciar um ano letivo e entendemos e sempre assumimos que a descentralização é de facto uma boa prática e as autarquias têm de facto demonstrado que fazem bem, eu diria que em muitos domínios fazem melhor do que o Estado Central, no entanto é bom que as competências venham acompanhadas dos meios adequados e portanto eu entendo que de facto tem que haver, no que diz respeito à descentralização, tal como o município da Lousã há outros, mas o município da Lousã já apresentou e tem vindo a apresentar reiteradamente aquelas que são as diferenças entre o que são as verbas transferidas para o município e aquilo que são as verbas realmente gastas pelo município nas diferentes vertentes, mas especialmente na área da educação, onde se verifica o desfasamento maior e posso adiantar que neste momento temos um diferencial em desfavor do município que andarà à volta de um milhão de euros desde que se consumou a descentralização das competências e portanto é um valor com muito significado só por si e por aquilo que significa relativamente aos restantes impactos na gestão do município. Portanto também queria dar nota desta situação e deste ponto que de facto evidencia a necessidade de termos uma nova lei das finanças locais que permita aos municípios as condições adequadas para o presente e para o futuro, nomeadamente aos municípios como ao município da Lousã, responder aos diferentes desafios de uma forma mais adequada e de uma forma mais autónoma no que diz respeito às diferentes vertentes. -----

Queria também dizer, no que diz respeito às questões colocadas sobre o incêndio ou decorrentes do incêndio de 14 a 18 de agosto, três pontos: primeiro para dar nota da área que foi apurada - 2.992 hectares é portanto uma área significativa com as

várias implicações diretas e indiretas conhecidas e algumas já hoje aqui foram referidas nas várias vertentes do trabalho que tem de ser realizado, uma que foi hoje aqui colocada tem a ver com os danos e perdas diretos naquilo que diz respeito aos danos públicos e privados, ao seu levantamento e depois ao seu enquadramento em termos dos mecanismos de apoio que já são conhecidos. Queria também a esse nível, sobre os mecanismos de apoio, referir que na reunião em que participei com os senhores ministros da coesão, economia e agricultura fiz questão, para além de outras questões específicas do município da Lousã, de evidenciar duas questões, uma primeira, aquela que para mim já era uma realidade mas que se tornou ainda mais evidente, relativa à necessidade de conferir mais meios aos municípios e comunidades intermunicipais nos diferentes pilares: prevenção, combate e tudo aquilo que diz respeito à recuperação e ordenamento de território. De facto, na minha opinião estes acontecimentos vieram reforçar essa necessidade de reforçar os meios à disposição dos municípios e comunidades intermunicipais para podermos ter uma atuação mais adequada e em favor do território e das pessoas. E uma outra questão que notei, que infelizmente ainda não está enquadrada e que me parece que é absolutamente pertinente foi de facto que nos mecanismos de apoio às empresas de animação turística, as empresas do turismo, não só de animação turística mas do turismo nomeadamente de alojamento, que na nossa opinião, deverão ser contempladas aquelas que comprovadamente, factualmente e documentalmente consigam comprovar os danos, as perdas, os prejuízos nomeadamente decorrentes de cancelamentos naquela altura que acontecem sempre em consequência destes acontecimentos e portanto parece-me uma situação absolutamente justa e pertinente, que ainda não está contemplada, mas que de facto parece-me absolutamente adequado que esses agentes económicos também possam ver pelo menos mitigados os impactos negativos que tiveram decorrentes também destes acontecimentos. Como referi há trabalhos mais imediatos, desde o levantamento de danos públicos e privados, pois também temos danos públicos infraestruturais, em equipamentos e infraestruturas viárias, infraestruturas de apoio no âmbito da proteção civil e outras questões que estão a ser quantificadas. Depois há um trabalho mais imediato que tem a ver com a estabilização de emergência e permitam-me aqui ser muito mais incisivo do que foi o Sr. Vereador: a responsabilidade é do Estado

português, através do ICNF, que para serem desencadeados os mecanismos tem que haver o seu relatório e até o momento não está o relatório e portanto é absolutamente urgente que de facto se passe para o terreno e tome as medidas adequadas a podermos mitigar os riscos que estão inerentes a este pós-incêndio com tudo aquilo e especialmente nas áreas, com as características que temos em apreço de grandes declives, linhas de água, chamando a atenção para tudo aquilo que são esses impactos e as situações que podem ocorrer, até situações de proteção civil que podem ocorrer caso não sejam desencadeadas as medidas adequadas. Depois há uma outra dimensão do trabalho, mais estrutural e de mais longo prazo, que tem a ver com aquilo que diz respeito à regeneração e transformação da paisagem - dizer também, como é do conhecimento de todos, o município e o Concelho da Lousã já tinha uma operação integrada de gestão da paisagem e já tinha estes objetivos de transformação da paisagem e recuperação de espécies autóctones, criação de uma floresta mais resiliente, mais sustentável a vários níveis e também economicamente e portanto o que nos parece é que de facto não são necessários mais estudos e que já há instrumentos já no terreno, como as OIGPs que poderão ter que ser afinadas na minha opinião, robustecidas não só financeiramente, mas até no que diz respeito à parte administrativa e às competências e à agilidade de atuação, mas os referenciais já existem, há que de facto é passar à ação partindo daquilo que já são operações existentes e robustecendo-as e de facto avançar nessa dimensão que é de facto importante. Permitam-me também dizer que este é um desafio que é de todos, em primeira instância das entidades públicas, mas não podemos esquecer as entidades privadas, até porque a esmagadora maioria da propriedade do património florestal afetado é privado e de facto também todas estas questões carecem do envolvimento e também de uma mudança de atitude e de perspetiva dos proprietários privados. Em relação à articulação com as entidades, a CCDR foi a entidade identificada pelo governo e que de facto no que diz respeito à agricultura já houve essa reunião, já estão a ser desenvolvidos esforços, mas relativamente às restantes áreas aguardamos que possam ser melhor definidos ou operacionalizadas algumas questões. -----

Relativamente ao Metro Mondego, aquilo que sempre fizemos e sempre procurámos e sempre dissemos é que o processo, atendendo ao histórico, que tem um processo

longo, para além de outras questões e com várias vicissitudes conhecidas de todos, deveria ter o seu curso de acordo com o plano que foi identificado e como disse o Sr. Vereador, com o plano de se iniciar a operação em Serpins, e portanto é isso que está planificado e era isso que estava definido e foi isso que sempre defendemos e portanto é isso que continuamos a defender e portanto o foco e a prioridade deverá estar nessa entrada em funcionamento entre Serpins e a Portagem, com a maior brevidade possível, sendo que está identificado o último trimestre do ano, eu penso que é absolutamente pertinente e desejável que seja - dentro do último trimestre - o mais cedo possível, para que de facto possamos corresponder às pessoas e colocar o serviço em funcionamento. De facto entre Serpins e Coimbra há a necessidade de uma certificação, de uma auditoria, que de acordo com a informação que disponho ao dia de hoje será concretizada, esperemos que ainda dentro do mês de setembro, e essa mesma auditoria depois terá que ser homologada pelo IMT para permitir a operação comercial de venda de bilhetes sendo que no que diz respeito ao troço do Vale das Flores o requisito é diferente e portanto essa operação pode ser desenvolvida e aquilo que sei é que o Governo indicou e decidiu que, então sendo possível, entraria em funcionamento naqueles 5 quilómetros que de facto foram assinalados ou entraram em funcionamento na passada sexta-feira. Continuamos a entender que de facto deveria iniciar-se conforme estava definido entre Serpins e Portagem e é esse o nosso entendimento. Existiu outro e de facto iniciou-se na passada sexta-feira, mas parece-me que do ponto de vista daquilo que é até a própria perceção e a mensagem para os restantes utentes, nomeadamente os mirandenses e lousanenses, de facto é uma situação que não é favorável à boa perceção relativamente àquilo que era o plano de entrada em funcionamento mas existiu essa opção e é aquela que está neste momento em funcionamento e portanto é isso que se passa e não tenho mais dados do que estes, sendo que irá existir amanhã uma assembleia geral e portanto poderão haver mais notícias eventualmente relativamente a esta situação, mas foi uma opção do acionista maioritário que é o Estado que entendeu que sendo possível, deveria começar por ali. -----

Permitam-me também dar conhecimento ao executivo que continuamos a desenvolver diligências junto da ULS Coimbra no sentido de que sejam o mais urgentemente possível resolvidas as questões inerentes ao funcionamento do



serviço de atendimento complementar no sentido de, de facto, permitir que esta resposta esteja implementada de forma regular e adequada e de acordo com aquilo que é o plano de base de funcionamento das unidades de saúde familiar existentes no Concelho da Lousã. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 3 (três)). -----

Ainda relativamente aos incêndios dar nota ao executivo que o município da Lousã desde o início e desde o momento em que teve conhecimento no próprio decorrer da operação de combate manifestou a sua absoluta discordância com uma situação que ocorreu durante o combate e que de facto, na nossa opinião foi desnecessária e que foi penalizadora relativamente àquilo que diz respeito à área que foi, digamos assim afetada pelo incêndio, se manifestou, desde que teve conhecimento, na manhã do dia 17, a sua discordância e a sua oposição a esta situação por todas as razões que já referi, principalmente por estas, mas por outras e também dizer que de acordo com o que estava preconizado, aquela operação não foi aprovada pelo comando nos termos em que foi realizada e que de facto consideramos que foi muito negativa para além de desnecessária, naquilo que é o impacto direto que o incêndio teve. Ainda relativamente ao incêndio e, penso que já o fizemos, mas penso que posso em nome de todo o Executivo reconhecer e agradecer o papel de todos os que estiveram direta e indiretamente envolvidos na operação de combate, desde logo os agentes de proteção civil, bombeiros, especialmente as duas corporações do Concelho e também até da própria população, pela forma como de facto também teve a atitude que teve perante a ocorrência.” Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 4 (quatro)). -----

Por fim referiu ainda tomar boa nota da questão relativa à zona envolvente da piscina da Senhora da Piedade. -----

2 - Ordem do Dia-----

2.1 - Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 18 de agosto de 2025. -----

Colocada à votação, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 18 de agosto de 2025.-----



2.2 – Propostas do Senhor Presidente da Câmara: -----

2.2.1 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação do seu despacho de 22.08.2025 referente à aprovação da minuta do Protocolo de colaboração entre o Município da Lousã e a CIM-RC, para a execução do projeto C-REST do programa ELENA relativo ao JI de Serpins. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 22.08.2025 referente à aprovação da minuta do Protocolo de colaboração entre o Município da Lousã e a CIM-RC, para a execução do projeto C-REST do programa ELENA relativo ao JI de Serpins. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 5 (cinco)). -----

2.2.2 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a alteração da deliberação da Câmara Municipal de 06.01.2025 relacionada com a constituição dos fundos de maneiço para o ano de 2025.-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com duas abstenções do PSD, deliberou aprovar a alteração da deliberação da Câmara Municipal de 06.01.2025 relacionada com a constituição dos fundos de maneiço para o ano de 2025. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 6 (seis)). -----

2.2.3 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação do seu despacho de 25.08.2025 relativo à alteração da deliberação da Câmara Municipal de 29.11.2024 sobre a orçamentação e gestão das despesas com pessoal para o ano de 2025. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 25.08.2025 relativo à alteração da deliberação da Câmara Municipal de 29.11.2024 sobre a orçamentação e gestão das despesas com pessoal para o ano de 2025. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 7 (sete)). -----

2.2.4 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação do seu despacho de 22.08.2025 de adjudicação e aprovação das minutas de contrato relativamente ao procedimento de concurso público nº05/25 – Prestação de serviços



de desenvolvimento das atividades de escola a tempo inteiro – Atividades de Animação de Apoio à Família (AAAF) e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) nas Escolas da rede Pública do Município da Lousã para o ano letivo 2025/2026.-----

O Senhor Vereador Victor Carvalho usou da palavra, para sem questionar o cumprimento legal, questionar alternativa ao procedimento adotado, referindo ainda o “timing” tardio do mesmo, evidenciando por fim, a boa colaboração com a entidade anteriormente responsável. -----

O Senhor Presidente prestou alguns esclarecimentos, dizendo não se tratar de falta de respeito nem desvalorização da entidade que tem colaborado até à data, pois inclusive continua a colaborar em outras áreas com a Autarquia. Relativamente à forma do procedimento disse ser uma opção de gestão, por se considerar o mais adequado e que relativamente ao timing, se verifica melhoria em relação a anos anteriores. Por fim, disse que neste início da prestação de serviços está a ser feita a articulação necessária de forma a dar resposta em linha, inclusive, com a perspetiva de manutenção dos recursos humanos anteriormente envolvidos.-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com duas abstenções do PSD, deliberou ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 22.08.2025 de adjudicação e aprovação das minutas de contrato relativamente ao procedimento de concurso público nº05/25 – Prestação de serviços de desenvolvimento das atividades de escola a tempo inteiro – Atividades de Animação de Apoio à Família (AAAF) e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) nas Escolas da rede Pública do Município da Lousã para o ano letivo 2025/2026. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 8 (oito)). -----

2.2.5 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação de um apoio extraordinário à população, empresas e coletividades locais afetadas pelo incêndio de agosto de 2025 – despesas de água, saneamento e de resíduos sólidos urbanos.

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar um apoio extraordinário à população, empresas e coletividades locais afetadas pelo incêndio de agosto de 2025 – despesas de água, saneamento e de



resíduos sólidos urbanos. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 9 (nove)). -----

2.2.6 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a fixação do preço da bilheteira da programação do Teatro Municipal da Lousã (TML) para os meses de setembro a dezembro de 2025. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar a fixação do preço da bilheteira da programação do Teatro Municipal da Lousã (TML) para os meses de setembro a dezembro de 2025. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 10 (dez)). -----

2.2.7 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a atribuição de um apoio financeiro à ARCIL - Associação para Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã, no montante de 65.000,00 €, para apoio às estruturas de ensino diferenciado/estruturado/Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) do Agrupamento de Escolas da Lousã, para o ano letivo 2025/2026. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar a atribuição de um apoio financeiro à ARCIL - Associação para Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã, no montante de 65.000,00 €, para apoio às estruturas de ensino diferenciado/estruturado/Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) do Agrupamento de Escolas da Lousã, para o ano letivo 2025/2026.

. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 11 (onze)). -----

2.3 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador João Santos:

2.3.1 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de apoio financeiro às Instituições Desportivas do Concelho para prossecução das atividades da época desportiva 2025/2026, no montante global de 215.150,00€. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar a atribuição de apoio financeiro às Instituições Desportivas do Concelho para prossecução das atividades da época desportiva 2025/2026, no montante global de 215.150,00€. *Não participou da discussão e votação a Senhora Vereadora Ana*



Paula Sançana. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 12 (doze)). -----

2.4 - Divisão de Planeamento Urbanístico e Regeneração Urbana: -----

2.4.1 - Requerimento nº 9055 de 24.07.2025, que solicita a emissão de certidão de parecer sobre constituição de compropriedade do prédio sito em Lomba Gorda, concelho de Lousã e freguesia de Lousã e Vilarinho. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou emitir parecer *favorável* no âmbito do Requerimento nº 9055 de 24.07.2025, que solicita a emissão de certidão de parecer sobre constituição de compropriedade do prédio sito em Lomba Gorda, concelho de Lousã e freguesia de Lousã e Vilarinho. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 13 (treze)). -----

2.4.2 - Requerimento nº 9054 de 24.07.2025, que solicita a emissão de certidão de parecer sobre constituição de compropriedade do prédio sito em Barreiros, concelho de Lousã e freguesia de Lousã e Vilarinho. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou emitir parecer *favorável* no âmbito do Requerimento nº 9054 de 24.07.2025, que solicita a emissão de certidão de parecer sobre constituição de compropriedade do prédio sito em Barreiros, concelho de Lousã e freguesia de Lousã e Vilarinho. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 14 (catorze)). -----

2.4.3 - Requerimento nº 9057 de 24.07.2025, que solicita a emissão de certidão de parecer sobre constituição de compropriedade do prédio sito em Barreiros, concelho de Lousã e freguesia de Lousã e Vilarinho. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou emitir parecer *favorável* no âmbito do Requerimento nº 9057 de 24.07.2025, que solicita a emissão de certidão de parecer sobre constituição de compropriedade do prédio sito em Barreiros, concelho de Lousã e freguesia de Lousã e Vilarinho. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 15 (quinze)). -----



2.4.4 – Requerimento nº 9056 de 24.07.2025, que solicita a emissão de certidão de parecer sobre constituição de compropriedade do prédio sito em Ramalheiras, concelho de Lousã e freguesia de Lousã e Vilarinho. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou emitir parecer *favorável* no âmbito do Requerimento nº 9056 de 24.07.2025, que solicita a emissão de certidão de parecer sobre constituição de compropriedade do prédio sito em Ramalheiras, concelho de Lousã e freguesia de Lousã e Vilarinho. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 16 (dezasseis)). -----

2.4.5 – Requerimento nº 9053 de 24.07.2025, que solicita a emissão de certidão de parecer sobre constituição de compropriedade do prédio sito em Ramalheiras, concelho de Lousã e freguesia de Lousã e Vilarinho. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou emitir parecer *favorável* no âmbito do Requerimento nº 9053 de 24.07.2025, que solicita a emissão de certidão de parecer sobre constituição de compropriedade do prédio sito em Ramalheiras, concelho de Lousã e freguesia de Lousã e Vilarinho. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 17 (dezassete)). -----

2.5 – Divisão de Obras Municipais e Ambiente: -----

2.5.1 – Empreitada n.º 05/2025 – Requalificação e Conservação da Rede Viária e Arruamentos Municipais – Lote 1 – Aprovação de prorrogação de prazo de execução. Para ratificação. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 27.08.2025 relativo à aprovação da prorrogação de prazo de execução, no âmbito da Empreitada n.º 05/2025 – Requalificação e Conservação da Rede Viária e Arruamentos Municipais – Lote 1. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 18 (dezoito)). -----

Aprovação do texto das deliberações em minuta: -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta o texto das deliberações tomadas.-----

Nada mais havendo a tratar, pelas onze horas e cinquenta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pela por si e por Margarida Correia, na qualidade de Secretária. ----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,

